

Navegando pelas águas do movimento ecumênico: águas instáveis, barco firme

Magali do Nascimento Cunha

Preliminares: questões conceituais

O desafio de avaliar a conjuntura do movimento ecumênico exige uma atitude significativa que é a de desativar algumas equações que, muitas vezes, enquadram e amarram a reflexão ecumênica. Detenhamo-nos em duas delas como elementos preliminares a este artigo que se propõe a indicar algumas características do movimento ecumênico no momento histórico que experimentamos.

Uma delas é a equação “ecumenismo = movimento ecumênico”. Se trabalhamos com a compreensão de que “ecumenismo” é um projeto de Deus, um princípio cristão, um mandato missionário, tal qual os escritos bíblicos nos apresentam, temos claro que o que chamamos de movimento ecumênico, com todas as suas vertentes e expressões, é o resultado dos esforços de concretização desse princípio ao longo da história. Portanto, não podemos condicionar a solidez do princípio aos rumos, avanços, fracassos e contradições contabilizados pelo movimento. O princípio ecumênico é muito maior do que o movimento ecumênico tal como o conhecemos.

Ecumenismo, portanto, é o termo que se refere ao princípio bíblico-teológico da unidade da criação de Deus que chama ao valor ao outro e à diversidade (Gn 2.18) e resulta em aceitação, respeito, diálogo, responsabilidade com a criação, parceria, amor ao outro (Dt 10.19). É um princípio cristão de superação das divisões em nome da fidelidade à unidade do Pai com o Filho (Jo 17.21).

O princípio é resultante da herança judaico-cristã mas a terminologia é “recente” (segundo Julio de Santa Ana, o primeiro registro do uso do termo remonta ao século XVII¹). O movimento ecumênico, portanto, é resultado do princípio da *oikoumene*, do projeto de Deus, e deve se pautar por ele, concretizando-o, e não o contrário disso. E como é movimento, estão implícitas nele características como diversidade de expressões, dinamismo e permanente transformação.

No Brasil, por exemplo, o movimento ecumênico já viveu momentos áureos, com a atuação da Confederação Evangélica do Brasil e dos movimentos de juventude, suas parcerias e extensões, muito especialmente nos anos 50. Com o golpe militar e o resultante período de

repressão, alimentado pelo alinhamento de algumas igrejas à ditadura, de forma explícita com apoio direto, ou implícita, com o silêncio e a omissão, o movimento ecumênico viveu dias difíceis. Esse tempo foi superado e o movimento sobreviveu graças ao esforço de gente vocacionada que se juntou, ainda que de forma subversiva, e manteve o princípio e os ideais, levados adiante por organizações que foram se formando e desafiando as igrejas, o que foi aceito por algumas, que depois se reorganizaram a partir dos anos 70 na Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).²

Outra equação que, por vezes, enquadra e amarra a reflexão ecumênica é “movimento ecumênico = igrejas/Conselho Mundial de Igrejas (CMI)”. Se trabalharmos com a ênfase de que o movimento ecumênico, como diz o termo, é um movimento, portanto, formado por uma diversidade de expressões e vocações em nome da unidade; e que foram grupos de leigos, de missionários, de pastores/as, de teólogos/as, de pessoas vocacionadas para a promoção da unidade, aqueles/as que, somados/as a grupos de famílias confessionais que se uniam entre si e umas com as outras, plantaram as sementes desse movimento, superamos então essa equação. O movimento ecumênico tem as igrejas como um dos seus fortes eixos e o CMI como sua expressão mais significativa e importante, mas tem sua dinamicidade consolidada independente do apoio ou da oposição, da adesão ou distanciamento das igrejas. A história tem afirmado isto.³

Preliminares: obstáculos para a prática ecumênica

Abordar a conjuntura ecumênica exige de nós também atenção aos obstáculos para a

prática ecumênica concretizados na indiferença ecumênica e no antiecumenismo.

A indiferença ecumênica pode ser considerada o maior obstáculo à prática ecumênica. É a renúncia ao divisionismo que tem marcado as igrejas ao longo da história, que resulta numa convivência tranqüila de cristãos e cristãs com divisões, considerada assim uma coisa natural, comum. Esta compreensão gera indiferença e ignorância em relação aos desafios da causa ecumênica e às ações realizadas e por realizar no movimento ecumênico, que carecem de suporte e agentes.

Já o antiecumenismo é a postura de oposição ao princípio ecumênico e à prática que dele resulta. O contexto brasileiro nos aponta algumas de suas causas e motivações:

1. O anticatolicismo cultivado nas igrejas evangélicas, que é parte da história das igrejas no Brasil e em alguns países da América Latina. A forma exclusivista como os/as missionários que implantaram o protestantismo no Brasil construíram a sua pastoral tem como elemento significativo a pregação anticatólica, com apelo conversionista, que considerava católicos como pagãos e idólatras. Esta pastoral deixou marcas e até hoje tem seus efeitos, inclusive com a compreensão de que a causa ecumênica nada mais é do que uma estratégia da Igreja Romana para levar os protestantes de volta ao seu seio.

2. A postura exclusivista da Igreja Católica Romana mais visível com abordagens presentes na sua *Declaração Dominus Iesus sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da igreja*. No texto é identificada a reafirmação de compreensões, uma vez superadas, que evocam a supremacia da Igreja Católica Romana sobre as demais igrejas cristãs. Isto, ao lado de outras posições romanas que indicam retrocesso como a compreensão da

liturgia e sua forma de comunicação, privilegiando o latim, certamente tem fechado muitos canais de diálogo e interação e reforçado a postura anticatólica dos muito grupos evangélicos;

3. O anti-pentecostalismo da parte das igrejas chamadas históricas, tanto a Católica-Romana quanto as evangélicas, incomodadas com a teologia e a forma pentecostal de cultivar a fé, bem como com o crescimento resultante da ampla adesão de fiéis a esta proposta pastoral. Esta postura tem resultado na desqualificação de agrupamentos pentecostais como igrejas e sua classificação como seitas;

4. Esta constatação anterior relaciona-se a dificuldades de lideranças cristãs lidarem com o pluralismo religioso, o que resulta em preconceito e conseqüentemente em posturas de fechamento como “autoproteção” e desclassificação/desqualificação de expressões diferentes do que se considera um “padrão”;

5. Estas posturas relacionam-se frequentemente a fenômenos como o medo do diferente e o desprezo da dimensão da alteridade, promotores do desconhecimento, da ignorância e do preconceito – bases do anti-ecumenismo;

6. Medo do diferente e desprezo da alteridade relacionam-se ainda ao processo de crise de identidade. Consciência de identidade como elemento que se constrói também na relação com o outro dá segurança e firmeza de propósitos e não impede relacionamentos. Crise de identidade – não consciência de quem se é e da construção deste ser que se deve à relação com o outro – gera insegurança e sentimento de ameaça, fechamento e autopreservação.

7. O revanchismo resultante de experiências de intolerância. Uma vez que um grupo identifica atitude de intolerância, exclusivismo ou

arrogância religiosa da parte de outro, revida com outras atitudes fundamentadas nos mesmos princípios;

8. As questões ideológicas e as disputas de poder no interior dos espaços eclesiais que comprometem a unidade interna e se refletem no relacionamento com outros grupos. Muitas vezes a prática ecumênica, por ser fragilizada pelas razões acima descritas, é usada política e ideologicamente para justificar fragilidades institucionais e ameaças ao corpo eclesial.

9. Estas disputas de poder geram outras atitudes antiecumênicas, acirradas ainda pelo preconceito e o incômodo de lideranças eclesiais com lideranças outras do mesmo espaço que vão “além do mesmo”, ou seja, que participam de ações ecumênicas que lhes permitem ampliar compreensões teológicas, visões de mundo, e lhes dão oportunidade de atuação em outros espaços. O preconceito motiva acusações de que pessoas engajadas na causa ecumênica têm descompromisso com seu próprio grupo. Já o incômodo em relação a quem tem mais oportunidades de participação pode ser traduzido por ciúme;

10. Há ainda a despreocupação das lideranças engajadas na causa ecumênica com uma pedagogia de comunicação adequada para se alcançar “as bases” das igrejas e socializar teologia e propostas de ação. Reforça-se o desconhecimento e o preconceito.

A estes elementos que dão forma à postura antiecumênica somam-se pontos críticos enfrentados pelo Conselho Mundial de Igrejas, e que promovem mal-estar em relação à participação de vários grupos no movimento ecumênico, dada a relevância do CMI no processo e à equação equivocada descrita no item anterior. Dois pontos críticos de destaque são:

• a institucionalização do movimento amarrada pelas questões de difícil consenso entre as igrejas (eucaristia, ministério feminino, pluralismo religioso);

• permanente tensão entre igrejas-membros do ramo protestante e ortodoxo; relativa distância dos expressivos evangélicos, dos pentecostais e das igrejas.

Qualquer indicação ou avaliação da conjuntura do movimento ecumênico não pode deixar de considerar estas preliminares para levar em conta as motivações e atmosferas em torno da questão ecumênica na contemporaneidade.

Destaques da conjuntura do movimento ecumênico

1. Rumo a Edimburgo 2010

A Conferência Missionária Internacional realizada em 1910 em Edimburgo, Escócia, símbolo do marco inicial do movimento ecumênico contemporâneo, está às vésperas de completar 100 anos. Esta reunião marcou a compreensão da igreja como comunidade missionária mundial.

Um processo denominado “Rumo a Edimburgo 2010” foi estabelecido por um número de diferentes grupos e agências engajados na missão global para celebrar o centenário da conferência. A base é a Escócia e o processo já inclui a realização de palestras e conferências sob o título “Rumo a 2010” para refletir sobre a missão no contexto do século XX bem como o futuro e os desafios em torno da missão global no século em curso.

O Conselho Mundial de Igrejas tem papel de destaque na organização de uma conferência sobre missão prevista para junho de 2010 em Edimburgo, em articulação com participantes do movimento ecumênico que integram ou não

a membresia do CMI.⁴

2. Ações solidárias

As ações solidárias no campo da promoção humana e da justiça social são parte determinante do movimento ecumênico, desde o surgimento do Movimento Vida e Ação no início do século XX, por meio das ações conjuntas das igrejas e das organizações ecumênicas de serviço.

Nesta primeira década do século XXI destacam-se as seguintes frentes de ação por meio de diferentes projetos e campanhas:

- Saúde e cura (ênfase HIV/AIDS)
- Enfrentamento do racismo e da xenofobia
- Paz, segurança e superação da violência em todas as suas formas
- Cuidado com o meio ambiente (especialmente mudanças climáticas e água)⁵

3. Reconhecimento do pluralismo religioso

A pluralidade religiosa nunca se fez tão real na comunidade mundial como nas últimas décadas por conta do fenômeno da globalização com a intensificação das migrações e a formação de territórios interculturais. A paz no mundo fica cada vez mais atrelada à necessidade de diálogo e cooperação entre os grupos religiosos. Neste sentido, é preciso que haja condições de as diferentes confissões de fé se conhecerem e que este conhecimento gere respeito e aceitação da diversidade bem como ações colaborativas de promoção humana e justiça social. Esta pluralidade implica cada vez mais o incentivo para um diálogo interconfessional cristão (auto-compreensão dos cristãos e cristãs) e o diálogo e a cooperação interreligiosos.⁶

Neste campo do diálogo interconfessional cristão, um interessante projeto é o que está sendo liderado pelo CMI em torno de um código de conduta cristão sobre a conversão religiosa,

que já tem unido em diálogo teólogos e líderes católicos, ortodoxos, protestantes ecumênicos, protestantes evangélicos e pentecostais.⁷

4. O Conselho Mundial de Igrejas

A 9ª Assembléia do CMI, realizada em Porto Alegre, em 2006, desafiou as igrejas e demais participantes em dois momentos: (1) quando se dispôs, na programação denominada “Conversações Ecumênicas” e nos comitês, a abrir um caminho determinante para o futuro do CMI e do movimento ecumênico: a reflexão e a busca de práticas em torno das mudanças no contexto eclesial e ecumênico; (2) a experiência do Mutirão.

A Conversação Ecumênica “Mudanças no contexto eclesial e ecumênico” trouxe para a mesa os temas das novas formas emergentes de ecumenismo e dos desafios no caminho para a unidade – a busca de uma resposta ecumênica para hoje. Estes dois temas se unem no que o secretário-geral do CMI Samuel Kobia denominou, no seu relatório: a reconfiguração do movimento ecumênico. Não é possível mais compreender o movimento ecumênico como uma unidade de estruturas, mas sim um mosaico com muitos corpos e muitos membros, muitos interlocutores e ministérios especializados. As igrejas, protagonistas no passado, dividem agora o cenário com muitos outros atores. Chegou-se, na assembléia, a compreender este processo com a metáfora de uma coreografia ecumênica, em que muitos participam, cada um com um passo, uma expressão diferente, mas todos “dançando” a mesma música (o projeto de Deus), em harmonia.

O segundo momento, destacado aqui, o Mutirão, confirma esta reflexão. Foram centenas de projetos, organismos, grupos eclesiais e não eclesiais que ali estavam para partilhar suas ações, dando visibilidade ao mosaico de

muitos corpos e muitos membros. Educação, gênero, teologia, meio-ambiente, superação da violência, juventude, saúde, direitos humanos. Muitos temas e motivações para ação e reflexão ali partilhados por pessoas advindas de mais de uma centena de países, de diferentes sexos, idades, etnias, culturas, confissões de fé. Isto reafirmou o que já foi mencionado neste texto: o movimento ecumênico é muito maior do que as igrejas.

Procurando-se pautar por estas ênfases, o CMI elaborou novo projeto de trabalho para o período 2007-2013, que ganha forma por meio dos seguintes programas: O CMI e o movimento ecumênico no século XXI; Unidade, missão, evangelização e solidariedade; Testemunho público: confrontar o poder, afirmar a paz; Justiça e Diaconia; Educação e formação ecumênica; Diálogo e cooperação inter-religiosos.

Alguns destaques entre as atividades desenvolvidas pelos programas desde então podem ser, respectivamente: o apoio ao Fórum Cristão Global; o processo Rumo a Edimburgo 2010; a Década de Superação da Violência e o Programa Ecumênico de Acompanhamento da Palestina e de Israel; Apoio à Rede Ecumênica da Água; a Formação Ecumênica para lideranças das igrejas; o processo por um código de conduta sobre conversão.⁸

Um dos focos de tensão no CMI é o relacionamento interno das igrejas protestantes com as de tradição ortodoxa, como já indicado neste artigo. O desconforto, manifestado formalmente pelos ortodoxos na Assembléia de Harare (1998), levou à criação de uma Comissão Especial sobre a Participação Ortodoxa no CMI – uma ampla comissão formada por protestantes e ortodoxos para estabelecer acordos em torno de posturas do conselho, principalmente quanto às celebrações cômicas, à tomada de decisões

pelos órgãos deliberativos e à adesão de novas igrejas membros. O relatório foi aprovado pelo Comitê Central do CMI em 2002, não sem tensões, mas foi estabelecido como consensual. Resultou dele a criação de um Comitê Permanente sobre Consenso e Colaboração formado em 2006 por sete representantes de igrejas de tradição protestante e sete de tradição ortodoxa para dar continuidade ao processo.

Resultante também da Assembléia de Harare foi a criação de uma Comissão Conjunta Consultiva para Diálogo com Pentecostais. A comissão tem atuado desde então, com vistas à ampliação do relacionamento CMI-igrejas pentecostais e independentes.

5. Situação do movimento ecumênico na América Latina e no Brasil

Como já referido, o continente latino-americano e particularmente o Brasil são marcados na história de suas igrejas pelo divisionismo/denominacionalismo, pelo anticatolicismo e por um crescente pluralismo religioso. Estes elementos sempre se revelaram críticos na formação do movimento ecumênico nestas terras com participação das igrejas.

O período de repressão das ditaduras militares (anos 60 a 80) que se refletiu na repressão interna às instituições eclesiais também contribuiu para o acirramento desta

crise e refluxos no movimento ecumênico que deixa suas marcas até a contemporaneidade. Exemplo disso é o fato de Conselhos de Igrejas como o CLAI, no campo continental, e Conic, no campo nacional, se esforçarem mas refletirem as limitações das próprias igrejas quanto ao engajamento ecumênico.

Fato é que as associações/organizações fraternas e de serviço, não-eclesiais, é que se destacam no movimento ecumênico continental e nacional, especialmente no campo da formação ecumênica, da promoção humana e da justiça social. Com isso não queremos dizer que o movimento ecumênico não deva continuar contando com a ação das igrejas; algumas das ações indicadas na descrição acima são estimulantes e revelam que há disposição da parte de várias igrejas para os esforços ecumênicos.

Fato é que a história está reafirmando o que sempre mostrou: movimento é movimento e o barco ecumênico, por mais que sofra com agitações na água que podem pô-lo a pique, continua navegando em correntes vigorosas, pois, como diz o poeta: *Não sou eu quem me navega/ quem me navega é o mar/ O leme da minha vida/Deus é quem faz governar/E quando alguém me pergunta/Como se faz pra nadar/Explico que eu não navego - Quem me navega é o mar.*⁹

Notas

¹ Sobre o conceito de ecumenismo ver Santa Ana, Julio. *Ecumenismo e Libertação*. *Ecumenismo e Libertação*: reflexão sobre a relação entre unidade cristã e o Reino de Deus. Petrópolis: Vozes, 1987.

² A memória do movimento ecumênico no Brasil foi reconstituída pela autora deste artigo na pesquisa *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

³ Sobre isto ver Santa Ana, Julio, op.cit. e DIAS, Zwinglio Motta. O movimento ecumênico: história e significado. *Numem*, 1(1), jul-dez 1998, Juiz de Fora: UFJF, p. 127-163.

⁴ Mais detalhes sobre este processo podem ser encontrados nas páginas eletrônicas: "A caminho de 2010": <http://www.oikoumene.org/es/programas/unidad-mision-evangelizacion-y-espiritualidad/mision-y-unidad/camino-hacia-2010.html> e <http://www.towards2010.org.uk/>

⁵ Para saber mais sobre alguns projetos que atuam nestas frentes consultar as seguintes páginas eletrônicas: Conselho Mundial de Igrejas: <http://www.oikoumene.org/es/programas.html>; Aliança Ecumênica de Ação Social: <http://www.e-alliance.ch/spanish/index.jsp>; Visão Mundial Internacional: <http://www.wvi.org/wvi/wviweb.nsf>; Coordenadoria Ecumênica de Serviço: <http://www.cese.org.br/>; Diaconia: <http://www.diaconia.org.br/>

⁶ Para conhecer algumas iniciativas neste campo, consultar as páginas eletrônicas: Programa Programa Diálogo e cooperação inter-religiosos do Conselho Mundial de Igrejas: <http://www.oikoumene.org/es/programas/interreligiousdialogue.html>; Conselho por um Parlamento de Religiões do Mundo: <http://www.parliamentofreligions.org/index.cfm>; Conferência Mundial de Religiões pela Paz: <http://www.wcrp.org/>

⁷ Pode-se saber mais em <http://www.oikoumene.org/es/programas/interreligiousdialogue/autocomprension-cristiana/hacia-un-codigo-de-conducta-sobre-la-conversion.html>

⁸ Para mais detalhes sobre as atividades de cada um destes programas ver: <http://www.oikoumene.org/es/programas.html>

⁹ Trecho de "Timoneiro". Autor: Paulinho da Viola.